

Universidade de Brasília

Faculdade de Educação

Departamento de Métodos e Técnicas

TCF2-Trabalho Final de Curso 2

ABUSO E NEGLIGÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO EM CRECHES

Marcia Helena Resende da Silva

Brasília

2026

Marcia Helena Resende da Silva

ABUSO E NEGLIGÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO EM CRECHES

Trabalho de conclusão de curso apresentado com requisito para obtenção de grau de licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília sob orientação da Profa. Dra. Daniela Barros Pontes e Silva.

Brasília

Fevereiro de 2026

CIP - Catalogação na Publicação

Ra

Resende, Marcia Helena Resende Da Silva.
ABUSO E NEGLIGÊNCIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: IDENTIFICAÇÃO E PREVENÇÃO EM CRECHES / Marcia Helena Resende Da Silva Resende;

Orientador: Dra. Daniela Barros Pontes e Silva Barros. Brasília, 2026.
f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Pedagogia) Universidade de Brasília, 2026.

1. COMO IDENTIFICAR ABUSO E NEGLIGÊNCIA EM CRECHES?. 2. ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO E AÇÃO EM CRECHES. 3. RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA. I. Barros, Dra. Daniela Barros Pontes e Silva, orient. II. Título.

Ao longo dos anos, aprendi muitas lições valiosas. Uma das mais importantes é que a vida é feita de ciclos e que, para crescer, precisamos abraçar as mudanças, mesmo quando elas nos desafiam. Aprendi a valorizar os pequenos momentos, as pequenas vitórias, e a entender que a felicidade está nas coisas simples.

RESUMO

A primeira infância é um período muito importante para o desenvolvimento das crianças. É uma fase em que elas precisam de cuidados e proteção, porque ainda estão se desenvolvendo fisicamente e emocionalmente. Infelizmente, muitas crianças são vítimas de abuso e negligência, o que pode afetar seu crescimento de maneira muito negativa. Por isso, as creches têm um papel fundamental na proteção desses pequenos. Para isso, é preciso que os profissionais dessas instituições saibam identificar os sinais de abuso e negligência, além de tomar ações para evitar que essas situações aconteçam. Este trabalho vai discutir como prevenir o abuso e a negligência nas creches, além da importância de capacitar os profissionais para que possam cuidar melhor das crianças.

Palavras-chave: Abuso; Negligência; Pedagogia; Creches.

ABSTRACT

Early childhood is a very important period for children's development. It is a phase in which they need care and protection because they are still developing physically and emotionally. Unfortunately, many children are victims of abuse and neglect, which can negatively affect their growth. Therefore, daycare centers play a fundamental role in protecting these little ones. To do this, professionals in these institutions need to know how to identify the signs of abuse and neglect, as well as take action to prevent these situations from happening. This work will discuss how to prevent abuse and neglect in daycare centers, as well as the importance of training professionals so that they can better care for children.

Keywords: Abuse; Neglect; Pedagogy; Daycare centers.

SUMÁRIO

1.Memorial.....7

2.Introdução.....10

3. Como Identificar Abuso e Negligência em Creches?.....13

4. Estratégias de Prevenção e Ação em Creches.....15

5. Relato de uma experiencia:.....17

6. Pesquisas acerca do tema:.....18

7. Entrevista.....21

8. Consideração Final.....23

9.Referencias Bibliográficas.....24

MEMORIAL

Meu nome é Marcia, tenho 38 anos, sou divorciada e tenho um filho de 9 anos, o Bernardo. Fui casada por 10 anos; não deu certo e hoje vivo apenas eu e meu filho. Ao longo da minha trajetória, sempre procurei buscar um equilíbrio entre os desafios e as oportunidades que a vida me ofereceu.

O propósito deste memorial é compartilhar um pouco da minha jornada, das experiências que moldaram quem eu sou hoje e das lições que aprendi, com a esperança de que minha história possa inspirar e, de alguma forma, conectar-se com outras pessoas que possam ter vivido situações semelhantes.

O tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso é **"Abuso e Negligência na Primeira Infância[1]: Identificação e Prevenção em Creches"**. A escolha desse tema surgiu a partir de um acontecimento que me fez refletir profundamente sobre que pedagoga desejo ser e qual é, de fato, o papel que devo exercer dentro de uma escola. Compreendi o quanto é importante observar as crianças como um todo.

[1] A **primeira infância** é a fase inicial da vida, que vai do nascimento aos seis anos de idade, período fundamental para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança.

O abuso que sofri na minha infância foi extremamente traumático, mas hoje é libertador conseguir falar sobre isso. Essa vivência influencia diretamente minha prática e minha visão de educação. Quero desempenhar meu trabalho com excelência, sempre buscando novas metodologias para uma educação de qualidade. A educação é uma área que está em constante transformação, e tenho a habilidade de integrar novas práticas que melhorem a experiência dos alunos e a eficácia do ensino.

Infância e Formação

Cresci em várias cidades, pois meus pais pareciam ciganos, sempre um pouco em cada lugar. Estudei em muitas escolas, mas foi na universidade que vivi meu maior divisor de águas, onde pude aprender muitas coisas. A influência do meu irmão e da minha família foi fundamental para a construção da minha personalidade.

Desde pequena, sempre fui uma pessoa curiosa, com uma grande sede de aprender. Meu maior sonho era passar em uma universidade federal, mas isso não foi tão fácil. Eu trabalhava como faxineira quando conheci uma professora que dava aula na universidade. Ela me levou para conhecer a Universidade de Brasília (UnB), fazendo um tour pelo campus. Naquele momento, me peguei pedindo a Deus que me abençoasse para que, um dia, eu passasse no vestibular e pudesse estudar ali, o sonho de qualquer pessoa.

Vi o esforço e a resiliência do meu irmão e percebi que eu também podia ser um dos pilares que guiaram minhas escolhas até hoje. A educação sempre foi um aspecto central em minha vida. Minha mãe sempre me falava o quanto tinha sido importante para ela cursar o magistério, e então o sonho dela se tornou o meu.

Esses anos de formação me ensinaram que o aprendizado vai além das matérias acadêmicas; ele envolve também o desenvolvimento pessoal, a capacidade de superar desafios e a empatia com as pessoas ao nosso redor. Não tive uma boa formação na infância e adolescência, até mesmo devido às constantes mudanças de cidade, mas foi na universidade que pude aproveitar e aprender muita coisa.

Desafios e Superações

A vida, como todos sabem, não é feita apenas de momentos felizes. Ao longo dos anos, enfrentei desafios que, de certa forma, moldaram minha visão de mundo. Um dos maiores obstáculos foi passar na UnB, especialmente por ter ficado muito tempo sem pegar em um caderno para estudar. Terminei meus estudos em 2009, e essa foi a última vez que estudei formalmente, pois vieram o casamento e o filho, e me dediquei exclusivamente a eles, deixando meus estudos de lado.

Passar em uma universidade federal parecia um sonho muito distante. Foi quando meu irmão Marcos me forçou a fazer o vestibular, em 2021. Quando recebi o resultado de que havia passado, foi mais um sonho realizado. Esse momento foi de grande aprendizado, pois me ensinou a lidar com a adversidade e a buscar forças dentro de mim mesma para seguir em frente. Marcos é a pessoa a quem tenho muito a agradecer, pois foi meu maior incentivador. Graças a ele, fiz o vestibular e passei em 19º lugar.

Outra dificuldade significativa foi minha separação, ocorrida logo após minha aprovação, quando me tornei mãe solo. Esse período me fez perceber a importância de manter a calma e acreditar nas minhas capacidades, mesmo quando as coisas pareciam incertas.

Conquistas e Momentos Marcantes

Apesar dos obstáculos, vivi momentos de grandes conquistas que me marcaram profundamente, especialmente o ingresso na universidade. Um dos momentos mais significativos foi quando vi minhas primeiras notas e percebi que havia tirado um “SS”. Isso foi muito importante para mim, pois compreendi que sou capaz de ir além do que imaginava conseguir.

Olhar para o meu filho e ver que tudo o que faço é por ele, e sempre será, me dá forças para continuar. Ele é minha maior conquista e um presente de Deus. Ser sua mãe é um privilégio, e sou grata a Deus por ter me dado ele como filho, especialmente quando pensei que não teria essa dádiva.

Essas vitórias me ensinaram a importância de persistir e de nunca desistir dos meus objetivos, mesmo quando os caminhos são difíceis. Além disso, me ajudaram a entender que as conquistas não servem apenas para o reconhecimento externo, mas também para o crescimento pessoal e o fortalecimento da autoestima.

Aprendizagens e Reflexões

Ao longo dos anos, aprendi muitas lições valiosas. Uma das mais importantes é que a vida é feita de ciclos e que, para crescer, precisamos abraçar as mudanças, mesmo quando elas nos desafiam. Aprendi a valorizar os pequenos momentos, as pequenas vitórias e a compreender que a felicidade está nas coisas simples.

Outra grande lição foi a importância das relações humanas. A amizade, o respeito, a solidariedade e a empatia são valores que busco cultivar em minha vida, pois acredito que são as bases para qualquer tipo de sucesso genuíno. Aprendi também que o fracasso não é o fim, mas uma oportunidade de recomeço. Cada tropeço é uma chance de aprender algo novo sobre nós mesmos e sobre o mundo ao nosso redor.

Compreendi que a família é o pilar mais importante da vida, pois são eles que nos motivam mesmo quando achamos que não somos capazes.

O Futuro e Meus Planos

Olhando para o futuro, estou motivada a continuar minha trajetória de aprendizado e evolução. Desejo continuar evoluindo para ser uma versão mais completa e mais humana de mim mesma. Quero concluir minha graduação e, posteriormente, fazer meu mestrado, pois meu desejo é nunca parar de estudar.

Tenho o objetivo de focar na minha área e dar sempre o melhor de mim para me tornar uma grande pedagoga. Sei que o caminho não será fácil, mas estou preparada para os desafios que virão e espero seguir em frente com coragem, determinação e sabedoria.

1. Introdução

A primeira infância é um período muito importante para o desenvolvimento das crianças. É uma fase em que elas precisam de cuidados e proteção, porque ainda estão se desenvolvendo fisicamente e emocionalmente. Infelizmente, muitas crianças são vítimas de abuso e negligência, o que pode afetar seu crescimento de maneira muito negativa. Por isso, as creches têm um papel fundamental na proteção desses pequenos. Para que isso ocorra de forma eficaz, é preciso que os profissionais dessas instituições saibam identificar os sinais de abuso e negligência, além de tomar ações para evitar que essas situações aconteçam. Este trabalho vai discutir como prevenir o abuso e a negligência nas creches, além da importância de capacitar os profissionais para que possam cuidar melhor das crianças.

Diversos estudos apontam que a primeira infância é um período extremamente sensível às experiências vividas, especialmente no que se refere às relações de cuidado e proteção. Nessa base, cito que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227º).

Os maus-tratos na infância e na adolescência são um problema que vai muito além das vítimas e dos agressores diretamente afetados por esses comportamentos. Qualquer abordagem eficaz à prevenção do abuso e da negligência na infância precisa acomodar as causas complexas do problema e os diversos interesses e necessidades representados por todos os indivíduos afetados por eles.

Paulo Freire (2011), **importante educador e filósofo brasileiro, reconhecido por suas contribuições à educação crítica e humanizadora e que defende uma prática pedagógica comprometida com a formação integral do sujeito com a transformação social**, reforça que uma prática educativa humanizada deve estar fundamentada no respeito à dignidade do educando. Relacionando esse pensamento ao tema do abuso e da

negligência, compreende-se que o pedagogo precisa desenvolver uma postura sensível e crítica diante das situações vivenciadas pelas crianças, atuando de forma responsável e comprometida com sua proteção.

Esse tema foi escolhido porque quero que as pessoas reflitam sobre esse assunto que é tão indispensável, pois aconteceu comigo quando era pequena. Quero que as pessoas tenham mais empatia pelo próximo e que os pedagogos e a equipe estejam mais preparados para lidar com essa situação, que vem se tornando cada vez mais grave. Reforçando que a formação do pedagogo, aliada ao conhecimento do (ECA), **Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990** e à articulação com a rede de proteção, é fundamental para a promoção de um ambiente educativo seguro e comprometido com o desenvolvimento integral da criança.

2. O que são abuso e negligência na primeira infância?

O abuso infantil envolve qualquer tipo de ato intencional que cause sofrimento à criança, seja de forma física, emocional ou sexual. Exemplos de abuso incluem agressões físicas, como pancadas, abusos sexuais ou humilhações constantes que afetam a autoestima da criança.

Já a negligência é a falta de cuidado adequado com a criança, seja em relação à alimentação, à saúde ou à proteção emocional. Isso pode ser observado, por exemplo, quando a criança não tem acesso à alimentação adequada, não recebe atenção ou cuidados médicos necessários, ou vive em um ambiente onde não há suporte emocional para seu desenvolvimento.

A negligência é definida como a ação e omissão de responsáveis quanto aos cuidados básicos na atenção, como a falta de alimentação, escola, cuidados médicos, roupas, recursos materiais e/ou estímulos emocionais, necessários à integridade física e psicossocial da criança e do adolescente, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento. Isto caracteriza o abandono, que pode ser parcial ou total. No abandono parcial, a criança e o adolescente são colocados em situação de risco; no abandono total, ficam desamparados e ocorre o afastamento total da família (MORESCHI, 2018, p. 15).

Estudos evidenciam que muitas situações classificadas como negligência estão relacionadas à vulnerabilidade social e à ausência de políticas públicas adequadas, e não apenas à falta de cuidado familiar. Observa-se que mães e famílias pobres são frequentemente responsabilizadas, enquanto o papel do Estado e da sociedade é pouco

considerado. Dessa forma, a negligência na infância deve ser compreendida de forma ampla, considerando a corresponsabilidade entre família, Estado e sociedade para garantir a proteção integral das crianças.

Segundo o ILANUD (2013), a negligência também passa pelo descuido do próprio Estado em oferecer condições necessárias ao abrigamento com dignidade e com bons fatores sociais. Pesquisas realizadas por esse mesmo órgão mostraram que, em diversas instituições de abrigamento infantil, havia "um desleixo por parte da instituição, má qualidade de suas habitações físicas, carência de pessoal e, entre outras características, ausência de processo educativo" (ILANUD, 2013).

Ambos os casos, tanto o abuso quanto a negligência, podem prejudicar gravemente o bem-estar da criança e afetar seu futuro de forma profunda. Por isso, é fundamental identificá-los precocemente e tomar providências para garantir a proteção e o desenvolvimento integral da criança.

3. Como identificar abuso e negligência em creches

Para identificar sinais de abuso e negligência, é necessário estar atento tanto aos comportamentos da criança quanto ao ambiente em que ela vive. Alguns sinais que podem indicar problemas incluem:

• **Sinais físicos**: lesões ou machucados inexplicáveis, como hematomas, arranhões ou queimaduras.
• **Mudanças no comportamento**: a criança pode começar a apresentar comportamentos agressivos, isolar-se, demonstrar medo excessivo de adultos ou até regredir em seu desenvolvimento, como voltar a usar fraldas ou apresentar dificuldade na fala.

• **Comportamento dos responsáveis**: se os responsáveis pela criança demonstram desinteresse por suas necessidades, não se importam com sua saúde ou não a apoiam em suas atividades, isso pode ser um sinal de negligência.
• **Fatores do ambiente familiar**: situações de estresse, como dificuldades financeiras ou problemas de saúde nos pais, também podem aumentar o risco de negligência. Por isso, é importante observar o contexto em que a criança vive.

Considera-se que os educadores/professores estão bem posicionados para a identificação de uma ampla gama de casos de maus-tratos, devido ao fato de conviverem diariamente

e entrarem em contato com um grande número de crianças, em diferentes atividades (Feng, Huang & Wang, 2010; McKee & Dillenburger, 2009).

Os educadores/professores são capazes de observar mudanças de comportamento e sinais físicos que funcionam como indicadores de maus-tratos e, muitas vezes, também obtêm relatos infantis explícitos. Por essas razões, segundo Goldman e Grimbeek (2011), em muitos países os profissionais da educação passaram a ser concebidos como atores fundamentais no sistema de proteção infantil, sendo, por isso, na última década, cada vez mais focalizados por estudos nessa área (Faleiros, Matias & Bazon, 2009; Walsh, Farrell, Bridgstock & Schweitzer, 2006).

Entretanto, Angst, Menegotto e Giongo (2015) apontam que o docente também pode demonstrar, em seu comportamento, atitudes violentas, principalmente quando submete as crianças às regras e à rotina da escola sem respeitar questões subjetivas e relativas ao desenvolvimento. Por isso, os autores afirmam que é mais comum encontrar professores, gestores e psicólogos no contexto escolar rotulando os alunos, considerando-os um problema, do que profissionais da educação trabalhando em conjunto para solucionar dificuldades e compreender quem é a criança.

A negligência é a ação e omissão de responsáveis quanto aos cuidados básicos na atenção, como a falta de alimentação, escola, cuidados médicos, roupas, recursos materiais e/ou estímulos emocionais necessários à integridade física e psicossocial da criança e do adolescente, ocasionando prejuízos ao desenvolvimento. Isto caracteriza o abandono, que pode ser parcial ou total. No abandono parcial, a criança e o adolescente são colocados em situação de risco; no abandono total, ficam desamparados e ocorre o afastamento total da família (MORESCHI, 2018, p. 15).

Salles, Fonseca e Adam (2016) afirmam que a violência não é apenas física, mas possui como elemento comum o excesso, definido pela intensidade desnecessária da ação, como castigos pela atitude da criança ou regras claras, porém injustas, que não promovem o tratamento justo das crianças.

Para Arendt (1994), a violência é um instrumento de dominação, tendo como atributos o não reconhecimento do outro, a negação da dignidade humana, a ausência de compaixão e a falta de alteridade, que, juntamente com outros elementos, provocam danos físicos, psicológicos e/ou sociais aos indivíduos de uma sociedade (SALLES; FONSECA; ADAM, 2016, p. 44).

Na educação infantil, o professor é o personagem principal e responsável por direcionar ações para que as crianças se desenvolvam, preferencialmente por meio de uma relação de afinidade muito próxima, assumindo, por vezes, papéis como psicólogo, amigo, enfermeiro, “tio” ou “tia”. Por isso, é fundamental que seja um profissional com formação especializada na área, pois **ser professor** não se trata apenas de amor ou vocação. **Há de ter qualificação profissional.**

Na educação infantil, a violência ocorre, muitas vezes, de modo sutil e silencioso, visto que o professor, em suas atitudes, não percebe o uso que faz da violência e acredita que determinadas condutas sejam legítimas para o controle da sala de aula, entendendo que está fazendo o melhor para as crianças. Em alguns casos, a violência parte **do professor por não ter boa formação acadêmica e/ou** por não se sentir valorizado.

Outra questão preocupante refere-se à criança pequena que, devido à idade, muitas vezes não sabe se expressar sobre o que vivencia na escola, o que sente ou sequer consegue pedir ajuda quando necessário.

As crianças vivenciam, nas instituições de ensino, a violência em suas várias vertentes, expressas de forma sutil, por meio de palavras, formas equivocadas de se compreender a criança e a infância, regras desnecessárias, atitudes preconceituosas, agressões físicas, entre outras práticas, configurando um fenômeno multifacetado (Silva, 2016, p. 19).

De acordo com Silva (2016), na educação infantil a violência é um elemento complexo, causado por motivações endógenas (da escola) e exógenas (na escola), propagando-se por meio da organização e das rotinas diárias, como descanso, alimentação, brincadeiras, regras desnecessárias sobre os comportamentos infantis, organização dos espaços, atividades e a gestão do tempo. No ambiente escolar, muitas vezes ocorre uma acomodação ao estilo ao qual todos são submetidos.

Silva (2016) destaca ainda que um levantamento realizado na educação infantil revelou dados alarmantes, indicando que crianças pequenas foram submetidas a diferentes tipos de violência emocional, como a falta de diálogo, práticas pedagógicas ultrapassadas e negligências decorrentes de problemas sociais, entre outros fatores.

As crianças na fase da primeira infância requerem uma atenção mais rigorosa, pois é nesse período que dependem mais intensamente de um adulto para o seu desenvolvimento.

4. Estratégias para prevenção do abuso e da negligência e ação em creches

A prevenção do abuso e da negligência nas creches envolve diversas ações. Algumas das mais importantes são:

1. **Criação de ambientes seguros**: as creches precisam oferecer um espaço acolhedor e seguro para as crianças. Isso inclui garantir que as instalações estejam adaptadas às suas necessidades, além de promover uma rotina que favoreça o bem-estar de todos.

2. **Capacitação dos profissionais**: os educadores e demais funcionários das creches devem ser capacitados para reconhecer os sinais de abuso e negligência. Além disso, precisam saber como agir em casos suspeitos, respeitando os protocolos estabelecidos e conhecendo os órgãos responsáveis para a realização das denúncias.

3. **Formação contínua para identificação adequada**: para que a identificação de situações de abuso e negligência ocorra de forma adequada, é fundamental que os profissionais das creches recebam formação e orientação sobre o tema, conhecendo os sinais de alerta e os procedimentos corretos a serem adotados.

4. **Apoio aos pais**: a creche também deve oferecer apoio às famílias, auxiliando os pais a compreender melhor as necessidades de seus filhos e oferecendo orientações sobre cuidados adequados. Programas de apoio à família podem contribuir significativamente para a prevenção da negligência.

5. **Encaminhamento de denúncias**: diante de qualquer suspeita de abuso ou negligência, é fundamental que os profissionais sigam os procedimentos corretos para encaminhar denúncias às autoridades competentes, garantindo que a investigação seja realizada de forma adequada.

O **fortalecimento das redes de proteção**[2] também é essencial, pois a creche não deve atuar de forma isolada. É necessária a articulação com hospitais, serviços sociais e outras

[2] As **redes de proteção** consistem na articulação entre instituições, serviços e profissionais que atuam conjuntamente na prevenção e no enfrentamento do abuso e da negligência infantil. Seu objetivo é garantir a proteção integral e o desenvolvimento saudável da criança.

instituições, de modo que todas as partes envolvidas colaborem para a proteção e o desenvolvimento saudável da criança.

Outro aspecto que pode ser considerado como estratégia **para a prevenção do abuso e da negligência** é a atuação do pedagogo na criação de vínculos afetivos com a criança, proporcionando **nela** maior sensação de segurança. A criança que se sente segura tende a ter mais facilidade para se expressar e conversar. Um ambiente acolhedor, seguro e baseado em relações afetivas contribui para o desenvolvimento saudável e para a redução de situações de violência.

De fato, estudos indicam que o abuso e a negligência na primeira infância são fenômenos complexos, que exigem ações preventivas e interventivas no contexto das creches. A literatura reforça que a formação do pedagogo, aliada ao conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à articulação com a rede de proteção, é fundamental para a promoção de um ambiente educativo seguro e comprometido com o desenvolvimento integral da criança.

Nesse contexto, o pedagogo~~,~~ se torna um agente de proteção, responsável por articular as práticas pedagógicas aos direitos garantidos pelo ECA, especialmente no que se refere à proteção da infância.

5. Relato de uma experiência

Há dois anos, uma colega me relatou um episódio ocorrido na creche onde trabalhava: um funcionário teria tentado abusar de uma criança. Ela desejava ir além **da atitude de me relatar o fato**, buscando que o agressor fosse responsabilizado legalmente. Porém, foi silenciada pelos superiores e acabou sendo despedida. Diante dessa situação, passei a me questionar: como futura pedagoga, como eu agiria em um caso como esse? E o que pode ser feito para prevenir situações semelhantes em uma creche, espaço onde as crianças deveriam se sentir seguras, em um ambiente acolhedor, no qual são construídas algumas das melhores memórias da infância? Precisamos estar atentos.

Em diversos casos, as pessoas, que deveriam ser o porto seguro da criança, são justamente aquelas que a violentam, criando uma confusão em sua cabeça sobre em que lugar ela realmente está segura.

Muitas vezes somos negligentes em nossas atitudes, quando, na verdade, deveríamos estar atentos a quaisquer sinais que as crianças nos dão, pois em muitos momentos somos nós que possuímos a maior confiança delas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) enfatiza que os casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos devem ser comunicados ao Conselho Tutelar. Dessa forma, o pedagogo e os demais profissionais da Educação Infantil possuem responsabilidade legal e ética diante dessas situações. É importante destacar que identificar não significa acusar, mas sim proteger a criança e acionar os órgãos competentes.

O ECA tornou obrigatório o envolvimento dos profissionais da educação e da saúde na proteção infantil, estabelecendo a notificação compulsória dos casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos com os quais tenham contato no exercício de sua função (artigos 13 e 245). A Lei nº 10.498/2000, promulgada no Estado de São Paulo, endossou esse conteúdo ao disponibilizar um modelo simples de ficha de notificação, com o objetivo de instrumentalizar essa ação.

Quando somos omissos diante de determinadas situações, tornamo-nos coniventes com elas. Precisamos construir uma sociedade escolar que não feche os olhos para o abuso e a negligência infantil, escolhendo ser presente nos espaços escolares e na vida das crianças. O abuso ainda é um problema pouco discutido. Muitos professores da Educação Infantil não acreditam que a violência pode estar presente em suas próprias atitudes. **Não se dão conta de que** palavras rígidas, controle excessivo do espaço, doutrinas, regras ou monitoramentos, **em muitos casos, são atitudes violentas.** Muitas vezes, a violência é reconhecida apenas quando é física, como nos castigos corporais, e não em suas formas **emocionais**, psicológicas e simbólicas.

Educar de modo indissociável do cuidar é oferecer condições para que as crianças explorem o ambiente de diferentes maneiras, manipulando materiais da natureza ou objetos, observando, nomeando objetos, pessoas ou situações, fazendo perguntas e construindo sentidos pessoais e significados coletivos, à medida que se constituem como sujeitos e se apropriam, de modo singular, das formas culturais de agir, sentir e pensar (BRASIL, 2009).

A creche precisa ser um ambiente seguro, no qual as práticas pedagógicas preservem a liberdade, o respeito e a vontade das crianças, garantindo que elas tenham voz e se sintam mais confortáveis, pois é na Educação Infantil que se constroem memórias que acompanham o indivíduo por toda a vida.

6. Pesquisas acerca do tema

Para compreender melhor a importância do tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, artigos científicos e documentos de órgãos públicos que tratam da violência sexual contra crianças e adolescentes. A partir dessas leituras, tornou-se evidente que esse tipo de violência é um problema grave e recorrente, que não ocorre apenas em casos isolados, mas está relacionado a questões sociais, familiares e estruturais. As produções acadêmicas ressaltam que a prevenção, a denúncia e o acolhimento especializado são fundamentais para proteger as vítimas e evitar a revitimização.

No caso do Distrito Federal, a relevância do tema também se evidencia por meio de dados e informações oficiais **publicamente** disponíveis. As informações utilizadas neste trabalho são provenientes de fontes institucionais, como a Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal (Sejus-DF), os Conselhos Tutelares e o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio. Esses órgãos divulgam relatórios e números de atendimentos que demonstram a alta demanda existente e a atuação concreta da rede de proteção. Ao relacionar os dados oficiais com o que a literatura **sobre o tema** aponta, é possível compreender melhor a realidade local e a importância do fortalecimento da rede de proteção e dos canais de denúncia no DF.

6.1 Protetores dos direitos das crianças e adolescentes

Vinculados administrativamente à Sejus, os 44 Conselhos Tutelares, com 220 conselheiros titulares distribuídos em 35 regiões administrativas, atuam no amparo à população infantojuvenil do Distrito Federal em situação de violência sexual. O objetivo desses órgãos é promover a garantia de direitos, receber denúncias e acionar os demais órgãos competentes. Ao longo de 2024, foram realizados mais de 60 mil atendimentos, o que corresponde a uma média superior a duzentos atendimentos diários.

Para Ângela Aguiar Santana, diretora da Escola Classe 04 do Núcleo Bandeirante, a atuação do Conselho Tutelar é imprescindível para a proteção das crianças. Segundo ela, “a escola é um espaço privilegiado de denúncia. A equipe gestora precisa estar atenta aos

sinais que os estudantes emitem e encaminhar as suspeitas ou denúncias ao Conselho Tutelar. Como as unidades estão espalhadas pelo DF, é possível que a população tenha acesso como um todo e conte com essa parceria essencial em favor da infância".

6.2 Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio

O acolhimento humanizado é essencial no amparo de crianças e adolescentes que passaram por abuso sexual. É por meio da escuta especializada, realizada em ambiente acolhedor, que as vítimas encontram meios de relatar a violência sofrida sem o risco de reviver situações de medo e tensão. Em Brasília, a principal referência nesse tipo de atendimento é o Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio, vinculado à Sejus.

Localizado na Superquadra Sul 307, o centro carrega em seu nome o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, fazendo jus a esse marco ao construir uma rede de proteção integral às vítimas. O espaço reúne assistentes sociais, pedagogos e psicólogos capacitados para o acolhimento especializado, de modo a evitar a revitimização.

De janeiro a setembro de **2025**, o centro realizou 249 atendimentos, resultando em aproximadamente 1.200 encaminhamentos e 600 procedimentos. Além disso, a instituição lidera capacitações sobre o tema, incluindo um curso de formação para orientadores educacionais da rede pública do Distrito Federal, com oito encontros que beneficiaram 100 pedagogos, além de outras formações realizadas em diferentes órgãos e instituições, alcançando 435 pessoas.

Segundo a titular da Sejus-DF, Marcela Passamani, "os canais de denúncia da Sejus contra violações de crianças e adolescentes ajudam na prevenção, pois permitem identificar situações de risco, intervir precocemente e mobilizar a rede de proteção desse público".

6.3 Análise dos dados

Para a análise dos dados, **privilegiei** a abordagem quantitativo-interpretativa, conforme os apontamentos de Biasoli-Alves (1998), por permitir o trabalho com uma grande quantidade de dados de natureza qualitativa, como as respostas dos participantes a diversas perguntas. Essa abordagem possibilita não apenas a síntese do conteúdo, mas também sua sistematização em torno de significados comuns, ultrapassando o nível meramente descritivo. Segundo André (1983), os significados devem ser apreendidos a

partir de certo nível de inferência do pesquisador, balizado pelo contexto da investigação, pelos objetivos do estudo e pelas referências teóricas adotadas.

6.3.1 Dados

Segundo dados do Disque 100 (Disque Direitos Humanos), divulgados em junho de 2019 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrados 152.178 tipos de violações contra crianças e adolescentes no Brasil em 2018.

Os tipos de violação mais frequentes foram negligência (72,7%), seguida por violência psicológica (48,8%), violência física (40,6%) e violência sexual (22,4%). Entre as vítimas, 48,16% eram do sexo feminino, 40,24% do sexo masculino e 11,60% não informados. Em relação à faixa etária, os registros indicaram: 0 a 3 anos (17,84%), 4 a 7 anos (21,48%), 8 a 11 anos (20,10%), 12 a 14 anos (17,44%), 15 a 17 anos (11,93%), nascituro (0,24%), recém-nascido (0,83%) e não informados (11,93%).

No que se refere à relação entre suspeito e vítima, as mães aparecem como as principais denunciadas, representando 37,64% dos casos, seguidas pelos pais (18,47%), padrastos (5,32%), tios/as (3,53%) e avós (3,59%), além de 18,77% de casos não informados (Brasil, 2019a).

Os dados obtidos também apontaram duas formas distintas de negligência: a paterna e a materna. A negligência paterna relaciona-se, na maioria das vezes, à alegação de falta de provisão financeira à criança ou adolescente, reforçando o entendimento do homem/pai como único provedor da família. Já a negligência materna refere-se, comumente, à ausência de outros cuidados, como providenciar alimentação, higiene, acompanhamento médico e proteção, enfatizando a função socialmente atribuída à mulher/mãe de cuidar dos filhos e da casa (Azevedo, 2005).

6.4 Entrevista com assistente social

O entrevistado é formado há seis anos e atua como assistente social há cinco anos no Distrito Federal. Atualmente, trabalha na área da saúde, tendo experiência prévia na assistência social e na educação. O entrevistado aceitou participar voluntariamente deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Pergunta 1: Na sua experiência profissional, como você entende o papel da creche, a partir do que o ECA garante, na proteção dos direitos da criança e na identificação de possíveis situações de abuso ou negligência na primeira infância?

Segundo o entrevistado, a Lei nº 8.069/90 foi um marco crucial para a promoção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, ao adotar a doutrina da proteção integral e compreender a escola como parte do tripé família, sociedade e Estado. Ele destaca que a creche, assim como outros espaços educacionais, permite observar com maior clareza as relações comportamentais e sociais das crianças, possibilitando que os educadores atuem como identificadores de negligências e outras formas de violência.

Pergunta 2: Quais sinais de violação de direitos costumam aparecer com mais frequência no cotidiano das creches?

O entrevistado afirma que, quando as situações chegam ao Serviço Social, geralmente já configuram uma violação potencial, o que indica falhas nas instâncias de formulação, avaliação e implementação das políticas públicas. Ressalta ainda que, na maioria das vezes, as demandas surgem a partir do acompanhamento realizado pelos professores.

Pergunta 3: Como acontece o processo de notificação e encaminhamento dos casos?

Segundo ele, os fluxos de encaminhamento existem, mas dependem da forma como a violência chega ao sistema. A criação da ficha de notificação de agravos de violência representou um marco histórico, pois possibilitou a coleta de dados e o embasamento legal para políticas públicas. Os encaminhamentos costumam ser realizados pelos Conselhos Tutelares, porta de entrada do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Pergunta 4: Quais são os principais desafios enfrentados?

O entrevistado aponta como principal desafio a dificuldade de encontrar agentes públicos que compreendam integralmente os procedimentos legais, especialmente nos Conselhos Tutelares, onde, segundo ele, posicionamentos pessoais e preconceitos podem interferir na garantia dos direitos previstos em lei.

Pergunta 5: Que ações preventivas poderiam ser fortalecidas nas creches?

Ele destaca a importância da formação continuada dos profissionais da educação, defendendo uma educação emancipatória e permanente. Além disso, ressalta a necessidade de ações interventivas com as famílias, como palestras e atividades de conscientização, considerando que grande parte das violências ocorre no contexto familiar.

Foucault (2017) enfatiza que a verdade é “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”, destacando que o Estado, embora devesse proteger, muitas vezes legitima práticas excludentes.

Como futura pedagoga, a entrevista foi de suma importância para a formação, pois possibilitou a articulação entre teoria e prática. Ao longo do curso, o contato com o ECA e os princípios da proteção integral foi aprofundado, mas é por meio de experiências como essa que se torna possível compreender como esses conceitos se concretizam no cotidiano das creches.

As experiências vivenciadas durante os estágios reforçaram essa compreensão, evidenciando que a creche é um espaço de convivência intensa, no qual os educadores estão em posição privilegiada para perceber mudanças no comportamento, no humor e nas relações das crianças. Essas vivências revelaram que muitos profissionais ainda se sentem inseguros sobre como agir diante de sinais de violência, principalmente pela falta de formação continuada.

A entrevista também reforçou a necessidade de que a Pedagogia e o ECA caminhem juntos. O conhecimento teórico só se torna efetivo quando articulado à legislação e aos fluxos de proteção. Assim, ser pedagoga não significa apenas ensinar, mas também observar, proteger, encaminhar e garantir direitos.

Por fim, a pesquisa e a entrevista evidenciaram a importância da formação continuada e da atuação preventiva. A graduação é apenas o início de um processo que exige atualização constante, especialmente em temas sensíveis como abuso e negligência na primeira infância. Dessa forma, compreende-se que a creche pode ser um espaço de transformação social, no qual a escuta, a observação e o compromisso com os direitos das crianças são fundamentais.

7. Considerações finais

O abuso e a negligência na primeira infância representam um grave problema social que exige atenção e compromisso dos profissionais da educação. As creches, enquanto

espaços de cuidado e aprendizagem, têm papel fundamental na identificação e na prevenção dessas situações.

Conclui-se que a atuação do pedagogo, aliada à formação continuada e à articulação com a rede de proteção, é essencial para garantir os direitos das crianças e promover seu desenvolvimento integral. Assim, reforça-se a importância de práticas pedagógicas humanizadas, éticas e comprometidas com a proteção da infância.

Nesse contexto, a Pedagogia assume papel central, uma vez que o espaço escolar é um dos principais ambientes de efetivação dos direitos assegurados pelo Estatuto. O ECA estabelece que a educação é um direito fundamental, devendo ser garantida pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade. Dessa forma, o acesso, a permanência e o sucesso escolar tornam-se responsabilidades compartilhadas, exigindo práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, o respeito às diferenças e a promoção do desenvolvimento integral do educando.

A atuação do pedagogo, à luz do ECA, ultrapassa o ensino de conteúdos curriculares, envolvendo também a proteção dos direitos fundamentais dos alunos. O profissional da educação deve estar atento a situações de negligência, violência, evasão escolar ou qualquer forma de violação de direitos, tendo o dever legal e ético de comunicar tais ocorrências aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar. Assim, o pedagogo configura-se como agente de garantia de direitos, articulando ações educativas com a rede de proteção social.

Foi de suma importância todos os dados estudados para minha formação como pedagoga meu crescimento como pessoa.

Cita uma frase de Paulo Freire:

"Educar é um ato de amor, por isso, um ato de coragem"

Agradeço primeiramente a Deus por me dar força e sabedoria ao longo desta caminhada. Quero deixar registrado o meu agradecimento mais sincero às minhas colegas de faculdade, Barbara e Cecilia. Ao longo de toda essa caminhada vocês estiveram ao meu lado, compartilhando momentos de aprendizado, desafios, dúvidas, risadas e de superação. O apoio, a amizade e o companheirismo de vocês fizeram toda a diferença

para que eu chegasse até aqui. Levarei comigo não só o que aprendemos na faculdade, mas também a amizade que construímos durante esse tempo.

Agradeço também à minha família, que sempre acreditou em mim, me apoiou e me deu forças para continuar, mesmo quando o caminho parecia difícil. Sem vocês, nada disso seria possível.

E deixo um agradecimento muito especial à minha orientadora, Daniela Barros, pela paciência, dedicação, orientação e por todo o conhecimento compartilhado durante a realização deste trabalho. Sua ajuda foi fundamental para que eu pudesse concluir esta etapa tão importante da minha vida.

Sou profundamente grata a todos que fizeram parte dessa conquista e que caminharam comigo durante essa jornada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade: a vontade de saber. 7. ed., São

Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. 5 ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e

Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

SILVA, Juliana Pereira da. Violência na educação infantil: apreensão dos sentidos e significados

docentes. 2016, 277 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências

Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

SALLES, Leila Maria Ferreira; FONSECA, Débora Cristina; ADAM, Joyce Mary. Sobre

violência e violência na escola: considerações a partir da literatura na área. In: LUIZ, Maria

Cecília (org.) Conselho escolar e as possibilidades de diálogo e convivência: o desafio da violência na

escola. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2016, p.39-76.

https://www.sejus.df.gov.br